

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 12, número 2 (2021)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba-PI

*Vidas Precarias de las Travestis Negras: Una  
Geografía del Machismo y la Transfobia en  
Parnaíba-PI*

*Precarious Lives of Black Travestis: A Geography of  
Machismo and Transphobia in Parnaíba-PI*

**Jessyka da Silva Rodrigues**  
Fundação Oswaldo Cruz - Piauí – Brasil  
jessykameiga@gmail.com

**Letícia Carolina Pereira do Nascimento**  
Universidade Federal do Piauí – Brasil  
lecarolpereira@gmail.com

**Rafael Martins de Meneses**  
Universidade Federal do Piauí – Brasil  
rafaelmartinsm98@gmail.com

**Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**  
Universidade Federal do Piauí – Brasil  
valdeniasampaio@ifpi.edu.br

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Jessyka da Silva; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; MENESES, Rafael Martins de; ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba-PI. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 39-55, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Vidas Precárias de Travestis Negras: Uma Geografia do Machismo e da Transfobia em Parnaíba-PI

*Vidas Precarias de las Transvestis Negras: Una Geografía del Machismo y la Transfobia en Parnaíba-PI*

*Precarious Lives of Black Travestis: A Geography of Machismo and Transphobia in Parnaíba-PI*

## Resumo

O presente artigo analisa as experiências de violências contra travestis negras frente ao machismo e à transfobia no contexto de pandemia da COVID-19. Em termos metodológicos, utilizamos a cartografia com uso de diários afetivos que possibilitam um denso mergulho nos territórios, traçando uma geografia das violências contra travestis negras na cidade de Parnaíba-PI. De acordo com dados da ANTRA, travestis negras representam em média 80% dos casos de transfobia letal no Brasil, o que coloca esses corpos na mira da afronecrotransfobia. Constatou-se que o processo pandêmico intensificou a situação de vidas precárias de travestis negras, uma vez que o isolamento social tanto dificultou a entrada e a permanência no mercado de trabalho, e destaca-se que 90% das mulheres trans vivem da prostituição, como reduziu o acesso, já limitado, às instituições de seguridade social. Na geografia das violências, os diários afetivos narram duas situações de violência machista e transfóbica, ambas contra travestis negras em vias públicas da cidade de Parnaíba-PI. As vítimas buscaram apoio com a assistente social do Acolhe Trans, coletivo não governamental, que no acolhimento orientou para a denúncia, contudo, ambas demonstraram desconfiança na realização dos procedimentos em razão da impunidade em casos de transfobia. Nesse sentido, compreende-se que, em um regime de afronecrotransfobia, a ausência ou dificuldade de acesso às políticas públicas produz violências e mortes da população transgênera, em especial a negra.

Palavras-Chave: Travestis Negras; Afronecrotransfobia; Vidas Precárias.

## Resumen

El presente artículo analiza las experiencias de violencia contra las travestis negras frente al sexismo y la transfobia en el contexto de la pandemia de la COVID-19. En términos metodológicos, utilizamos la cartografía con el uso de diarios afectivos, los cuales nos permiten realizar una inmersión densa en los territorios y nos permite observar la geografía de violencia contra los travestis negros en la ciudad de Parnaíba, localizada en el Estado de Piauí. Según datos de la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA), los travestis negros representan en promedio el 80% de los casos de transfobia letal en Brasil, lo que pone a estos cuerpos en la mira de la afronecrotransfobia. Ya con el proceso pandémico, se ha intensificado la situación de vida precaria de las travestis negras, pues con el aislamiento social, se dificultó el ingreso y/o permanencia en el mercado laboral; se destaca también que el 90% de las mujeres trans viven de la prostitución, además del acceso reducido y muy

Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

limitado a las instituciones de seguridad social del país. En la geografía de la violencia, los diarios afectivos narran dos situaciones de violencia sexista y transfóbica, ambas contra travestis negras en la vía pública de la ciudad de Parnaíba. Las víctimas buscaron el apoyo de una trabajadora social de “Acolhe Trans” (Organización no gubernamental-ONG), quien las orientó a hacer la denuncia en la recepción, pero que sin embargo, mostraron desconfianza de parte de las víctimas en la realización de los trámites debido a la impunidad en los casos de transfobia. En este sentido, se entiende que, en un régimen de afrotransfobia, la ausencia o dificultad para acceder a las políticas públicas, reproduce la violencia y las muertes en la población trans, especialmente en los negros.

Palabras-Clave: Travestis Negras; Afronecrotransfobia; Vidas Precarias.

### Abstract

This article analyzes the experiences of violence against black travestis due to machismo and transphobia in the context of the COVID-19 pandemic. The methodology used included the use of cartography, by employing affective diaries that allow a dense dive in the territories, tracing a geography of violence against black travestis in the city of Parnaíba-PI. According to ANTRA data, black travestis represent on average 80% of cases of lethal transphobia in Brazil, which puts these bodies in the crosshairs of afronecrotransphobia. The pandemic process was seen to intensify the situation of the black travestis' precarious lives, since social isolation has made it difficult to enter and stay in the labor market. Another finding that should be highlighted is that 90% of trans women live from prostitution due to the reduced access, which was already limited, to social security institutions. In the geography of violence, affective diaries narrate two situations of sexist and transphobic violence, both against black travestis on public roads in the city of Parnaíba-PI. The victims sought support with the social worker of Acolhe Trans, a non-governmental collective, which received them and directed to the complaint. However, both showed distrust in carrying out the procedures as a result of the impunity witnessed in cases of transphobia. In this sense, we reached the conclusion that, in a regime of afronecrotransphobia, the absence or difficulty of access to public policies produces violence and deaths of the transgender population, especially the black population.

Keywords: Black Travestis; Afronecrotransphobia; Precarious Lives.

### Mapeamento Introdutório

*Minha navalha carrega o fio da vida  
Minha voz clara rompe pelo ar  
Eu cuidei das minhas feridas  
A gente não vai recuar  
(Andar em paz, Urias)*

A navalha é uma tecnologia ancestral travesti de enfrentamento às violências coloniais. Ouvimos das travestis mais velhas, que viveram na década de 1980, que era comum esconder uma gilete embaixo da língua, ter uma navalha, um instrumento cortante para se defender. Por causa do medo recorrente da AIDS, as travestis em situação de perigo cortavam-se ameaçando contagiar seus algozes, geralmente policiais que, em operações violentas, prendiam travestis se valendo da lei de vadiagem. Sangrar, portanto, não é algo

Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

estranho às experiências travestigêneres, a pandemia de COVID-19 é mais uma das tantas navalhas que travestis negras possuem atravessadas em sua carne.

Tem sido comum destacar em discussões críticas acerca da COVID-19, que a pandemia tem desnudado assimetrias sociais historicamente presentes na humanidade, deste modo, entende-se que, embora a infecção respiratória do coronavírus possa atingir toda a população mundial, existem grupos que sofrem os maiores impactos dessa pandemia por estarem desde antes da mesma vivenciando vulnerabilidades sociais. Nesse contexto, travestis negras encontram-se numa encruzilhada interseccional de vulnerabilidades, experienciando ao mesmo tempo o racismo e o cissexismo, que por vezes ainda se combinam com outras estruturas de opressão, como questões regionais, de classe, dentre outras.

Travestis, transexuais e a população negra encontram-se excluídas de políticas públicas, uma manobra necropolítica que garante o extermínio dessas corporalidades inúteis ao Estado (MBEMBE, 2016). Essa política de extermínio de bases coloniais transcende o tempo pandêmico, ameaçando constantemente as vidas precárias de travestis negras. Desta feita, o presente artigo analisa as experiências de violências contra travestis negras frente ao machismo e à transfobia no contexto de pandemia da COVID-19.

### **Mapeamentos Metodológicos: Diários, Cartografia e Territórios**

*Esperar o amor, mas andar com medo  
Eu mereço muito, muito mais  
(Andar em paz, Urias)*

É de muitas andanças, atravessamentos e desejos que um mapa cartográfico emerge. A escrita de um diário na cartografia comporta linhas afetivas que narram o sensível não em um tempo cronológico, não numa linguagem meramente descritiva, tampouco se fixa sobre um território. O diário cartográfico é uma fronteira entre nós e os mundos que criamos, é superfície de contato, contaminação. A narrativa que compõe o diário cartográfico cria temporalidades, territorialidades e até mesmo uma língua própria.

Engana-se quem pensa que o diário não é resultado da imaginação, a cartografia possui irremediavelmente um caráter ficcional. Contar, narrar, enquanto práticas de tradução, materializam na linguagem as sensações que atravessam as corporalidades. Os diários são pontes entre as experiências e a linguagem escrita, quem escreve diz de outro modo o que lhe atravessa. Deste modo, acreditamos que

As pontes de linguagem são processos de tradução. Este texto não narra experiências, ele traduz experiências para outra linguagem, tornando, assim, possível que minhas experiências atravessem outros corpos na produção de outras experiências. Quando mergulho em mim mesma e retorno de mim, eu me traduzo neste texto a partir de palavras que são afetos que, aos poucos, dão consistência o um mapa (NASCIMENTO, 2020, p. 5).

**Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**



A afecção que contagia o corpo faz emergir o diário como possibilidade de tradução de experiências sentidas no pelo e na pele. Também o diário cria seus territórios a partir dos lugares que é capaz de cruzar, afinal, um território é um agenciamento, como demarca os pensadores europeus cisgêneros Deleuze e Guattari (1997, p. 107): “O território seria o efeito da arte”. Por certo, um território se faz por meio de composições, através do agenciamento de ritmos, sons, cheiros, pessoas, vegetações. O diário é também uma composição, é a tradução para a linguagem escrita das intensidades que atravessam as corporalidades. O diário cria um mapa, desenha territórios.

Assim, também o geógrafo cisgênero, negro e brasileiro, Milton Santos (2001), entende que o território não se reduz a um dado neutro nem a um ator passivo, por isso, o território só se torna possível a partir do atravessamento de forças. O diário cartográfico não é o retrato estático de um território, o diário não é

[...] um mapa como representação de um todo estático, não como reprodução, como decalque. É um mapa de intensidades. Um mapa afetivo. A cartografia produz mapas-rizomas, que são abertos, com muitas entradas e saídas; as intensidades que compõem o mapa podem estabelecer diferentes conexões entre si (NASCIMENTO, 2020, p. 5).

E nesse sentido, apesar dos diários apresentados neste artigo serem escritos por uma das autoras, as experiências narradas explodem em intensidades diversas que atravessam nossas subjetividades, possibilitando abertura para múltiplas entradas. A cartografia permite a circulação de intensidades na pesquisa, na escrita, ela potencializa as conexões, os movimentos, as trocas. Assim, os diários reverberam em nossas experiências pessoais e coletivas o que permite um agenciamento de diversas perspectivas teóricas e políticas que compõem esse texto. A cartografia é uma abordagem metodológica de encontro. A seguir, narraremos alguns dos encontros teóricos que nos permite pensar as vidas de travestis negras dentro de uma afronecrotransfobia.

### Intersecções Emergentes: Mapeando a Afronecrotransfobia

*Andar em paz, eu mereço  
Mereço sorrir, mereço cantar  
Andar em paz, eu mereço  
Mereço viver, mereço amar  
(Andar em paz, Urias)*

Quais escolhas podemos fazer para sermos felizes? E como conseguir sorrir quando nossas vidas estão em perigo? É possível ter paz sob o risco eminente de morte? Diferente de colóquios existenciais individuais, essas e outras perguntas assolam as vivências subalternizadas pelas estruturas opressivas, que por sua organização política difusa e estratégica, promovem violências sistêmicas a determinadas subjetividades, como as de travestis e transexuais. Assim, podemos dizer que “estes corpos transgressores de gênero e da cisheteronormatividade, não conformados ao padrão binário, são marcados

Jessyka da Silva Rodrigues, Letícia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

pela desigualdade de oportunidades e de respeito” (MENESES; BARRETO; NASCIMENTO, 2021, p. 210), e estão constantemente sobre mira de agressões.

O conceito de afronecrotransfobia foi criado pela feminista cisgênera negra, Yordanna Lara Pereira Rego (2019) como proposta de designar a violência difusa contra as pessoas Travestis e Transexuais negras, a fim de ampliar e interseccionalizar as possibilidades analíticas entre o racismo, a transfobia e as engrenagens necropolíticas, apontadas por Mbembe (2016). Por conta de sua etimologia

A palavra transfobia não expressa toda a carga de ódio e agressividade, seja por parte do Estado, seja por parte da sociedade, que pode ser direcionada às pessoas transexuais, travestis e transgêneras. É relevante questionarmos: em que medida este tipo de comportamento pode ser descrito como uma fobia? Em que medida a redução do ódio e agressividade à noção de fobia colabora para naturalizar/normalizar ações que poderiam ser no mínimo, interpretadas como criminosas? Ao problematizar a limitação etimológica do termo, chamo a atenção para a necessidade de uma ressignificação. (REGO, 2019, p. 179).

A pesquisadora nos instiga a repensar as práticas violentas sofridas pela população travesti e transgênera e a designação de transfobia, uma vez que o sufixo “fobia” induz a uma patologização e consequente escusa de consciência e culpa das agressões voltadas para esse grupo. Nesse ponto, visualizamos como o simbólico atua no imaginário popular (re)produzindo normas e status de natureza. É imperativo evidenciar a transformação de conceitos, discursos e normas interpretados a favor ou em desfavor dessas identidades, pois a sua contextualização social envolve as discriminações e agenciamentos, geralmente invisibilizados (MENESES; LIMA, 2019).

Sueli Carneiro (2019), feminista cisgênera negra, critica esses processos de generalização nos discursos feministas em um artigo publicado em 1985, pioneiro nos estudos de desigualdades entre as mulheres. A suposta identidade feminina sobrepõe e coloniza outros femininos historicamente construídos, na medida em que reduz, unifica, explica e padroniza experiências diversas das feminilidades. Esse trabalho científico também traz noções do conceito de interseccionalidade, muito presente nos estudos do feminismo negro, ao afirmar que para as mulheres negras “a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores” (CARNEIRO, 2019, p. 55).

Por seu lugar de encruzilhada de opressões, as pessoas travestigêneras negras comungam da impossibilidade de escolha de qual discriminação irá combater, senão corre o risco de esbarrar em outros eixos discriminatórios. Não por acaso, Audre Lorde (2020), feminista cisgênera negra e lésbica, titula um de seus textos: “Não há hierarquias de opressões”, enfatizando, portanto, o modo imbricado a partir do qual as opressões emergem em justaposição.

Por isso, precisamos utilizar de redes de apoio para construir alianças e não morrer, pois “[...] o desenvolvimento de novas formas de pensar sobre o

**Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

racismo exige que nós tenhamos não só uma compreensão das estruturas econômicas, sociais e ideológicas, mas também das estruturas psíquicas coletivas.” (DAVIS, 2018, p. 87). A partir dessas considerações, as governabilidades estatais e não estatais articulam segmentações na sociedade, operando os eixos de raça, classe, gênero, através da criação de regimes de morte e vida. O teórico cisgênero negro e camaronês, Achile Mbembe (2016, p. 135), reformula o conceito foucaultiano de biopolítica ao propor a necropolítica, nela “[...] a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável e quem não é’”. Ainda segundo o autor

[...] a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’ (MBEMBE, 2016, p. 146).

Achile Mbembe (2016) cita várias estratégias de guerra e terror usadas para a supressão da vida e estabelecimento da soberania, em que a guerra constante torna-se sinônimo de paz, dentre elas está o constante estado de sítio. A tática de sítio consiste em cercar o alvo completamente, na necropolítica os alvos podem ser internos ou externos, conquanto que esteja inscrito na dominação, “uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo” (MBEMBE, 2016, p. 137). Nesse cenário inexistente o monopólio da morte pela soberania do Estado.

Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados, nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas de facto geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves. Nessa organização heterônima de direitos territoriais e reivindicações, faz pouco sentido insistir na distinção entre os campos políticos “interno” e “externo”, separados por limites claramente demarcados. (MBEMBE, 2016, p. 137).

O Brasil é o país que mais mata pessoas travestigêneres no mundo. Ser travesti negra no território brasileiro significa estar sujeita à morte, visto que o “mundo dos mortos” e “status de mortas-vivas” é chancelado a cada noticiário de assassinato com requinte de crueldade. O nosso estado de sítio é constante, sempre precisamos ficar alerta nas ruas, em nossas casas, em nossos guetos. Assumindo notórios contornos de necropoder, o cissexismo e o racismo passam a ser disciplinados para além dos espaços de controle ampliando seu alcance para todas as dimensões da vida humana. Não há segurança pra quem viola as cis-hetero-nomias, a morte nos acompanha em cada esquina, em cada encruzilhada interseccional. Baseado no exposto a afronecrotransfobia pode ser

**Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

[...] entendida como conjunto de técnicas e políticas de extermínio efetuadas pelo Estado, mas não só por ele, que parte de atributos que qualificam e distribuem os corpos com identidades trans em uma hierarquia que lhes retira a possibilidade de reconhecimento como humanos e que, portanto, devem ser eliminados. (REGO, 2019, p. 179).

A falta de acesso por parte da população trans a vários procedimentos reafirma a presença da política de morte, mesmo as pessoas travestigêneres que não demandam tais procedimentos são atingidas, pois a cisnorma exige performances conforme os padrões femininos e masculinos impostos, assim o risco de morte é fiel companheiro daquelas que ousam trair o CISTema. A guerra também não foi escolha nossa, contudo, precisamos criar as nossas resistências com táticas de sobrevivências, nossa vida transforma-se em nossa arma. Por isso, não somos naturais, a natureza opressiva da branquitude e da cisgeneridade quer a morte, enquanto bravejamos que existimos e vamos viver. As diferenças sociais, provenientes desses arranjos interseccionais, ficaram mais explícitas, com o advento da pandemia de COVID-19

[...] embora ainda invisíveis para algumas pessoas, que insistem em um falso discurso humanista que preconiza a irrestrita igualdade entre nossos corpos. Não somos iguais, somos diferentes e, na teia de lugares sociais que ocupamos, temos acessos completamente distintos aos direitos humanos. É desse lugar de não prestígio social, de não acesso aos direitos humanos, que escrevo. De uma encruzilhada de vulnerabilidades que perpassam a minha existência como travesti negra e gorda. De um lugar precário de existência desde antes do COVID-19 e, provavelmente, sua cura deverá ser muito anterior à resolução dos conflitos sociais que inferiorizam as vidas travestis e/ou negras e/ou gordas. O COVID-19 veio, ele também poderá, espero que sim, passar, mas as resistências vividas por corpos que transgridem as estruturas de poder cis/hetero/branco/magro/normativas ainda deverão permanecer. (NASCIMENTO, 2020, p. 3).

A precariedade de vida produzida pela pandemia do novo coronavírus provocou sentimentos na população que são comuns na comunidade travestigênera. O sentimento de solidão pelo isolamento social, o medo de sair na rua e adentrar em estabelecimentos, ter que evitar o convívio com outras pessoas, até mesmo a diária angústia da morte, isso tudo não é novidade para nós. Foram postos em evidência os (im)pactos da precarização da vida, quando as milhares de mortes viraram números e o luto virou rotina, mas quais vidas merecem um enterro? Quais as medidas de restrição vão continuar a operar no pós-pandemia? E quem poderá estar vulnerável a elas? Pessoas travestigêneres costumam não ter sua identidade respeitada após a morte, duplicam a negação da vida, o luto é um privilégio?

Imaginamos que quando a criança é desejada há celebração no início da vida. Mas não pode haver celebração sem uma compreensão

Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

implícita de que a vida é passível de luto, de que seria enlutada se fosse perdida, e de que esse futuro anterior está estabelecido como a condição de sua vida. [...] O fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida. O futuro anterior, 'uma vida foi vivida', é pressuposto no começo de uma vida que mal começou a ser vivida. Em outras palavras, 'essa será uma vida que terá sido vivida' é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a condição de ser em enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, 'há uma vida que nunca terá sido vivida', que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. (BUTLER, 2015, p. 32-33).

As travestis e transexuais podem ter vida? Existe luto quando uma de nós morre? Nosso nome e identidade de gênero são/serão respeitados na morte? Ou o nosso futuro anterior não permite o luto? Será que haveria comemoração no nosso nascimento se soubessem que nós seríamos quem somos? Quando uma de nós morre com o nome e gênero alterado pela família significa que nossa vida não devia existir? São muitas perguntas que nos vêm provocadas pelos escritos da filósofa branca estadunidense, Judith Butler (2015), em sua obra *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Na pandemia de COVID-19, a transfobia e o racismo mantiveram o seu projeto de extermínio. Conforme apresentaremos nos diários a seguir, mesmo na pandemia, parece não haver paz para as corporalidades travestigêneres negras.

### Mapeando Afecções: Diários Cartográficos

*Espero ter sorte, não morrer tão cedo  
Eu sei que eu mereço andar em paz  
(Andar em paz, Urias)*

Contar com a sorte é viver no limiar da incerteza, travestis negras não podem ter certeza sobre suas vidas, a morte é esse eterno espectro fantasmagórico presente em qualquer mirada feita por corporalidades que ousam não se dobrar a cis/hetero/branco/normatividade. Andar e andar, sem a certeza de paz, sem a certeza do que irá se encontrar. Atravessadas por essas andanças, apresentamos os diários cartográficos produzidos pela pesquisadora transfeminista piauiense Jessyka Rodrigues, que atua como assistente social no coletivo não institucional *Acolhe Trans*. Optamos por trazer os diários completos nesta sessão para evitar que os mesmos se diluam entre as análises. Os diários são resultados de situações de acolhimento de duas travestis negras após episódios de violência na cidade de Parnaíba-PI.

*Diário 01*

*Ser travesti negra no Brasil é compreender que transfobia e racismo*

Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

*estão inter-relacionados. Nessa avenida identitária as opressões se cruzam e atuam mutualmente nesse corpo dissidente. O ano era de 2020 quando uma travesti negra me aciona, pois havia sido agredida por um rapaz. De acordo com a vítima vinha da casa de sua mãe, quando um rapaz pilotando uma motocicleta a seguiu até sua residência; ao chegar em frente sua casa o rapaz desceu da motocicleta e foi em sua direção e atingiu com capacetadas na cabeça, vizinhos presenciaram toda cena de violência, mas não se manifestaram. Se fosse uma travesti entrando em banheiro feminino, com certeza manifestantes surgiriam de todos os lados. A orientei fazer o boletim de ocorrência, e assim ela o fez. Chegando na delegacia a encaminharam para o IML para realizar o exame de corpo e delito, pois sua cabeça havia sofrido escoriações leves. A vítima mudou-se de residência, pois temia que o agressor a procurasse para terminar o que começou, estamos falando de tentativa de homicídio. Em Parnaíba, assim como em todo Brasil não existe políticas de segurança para pessoas travestis e transexuais, somos vidas precárias (RODRIGUES, 2020).*

#### *Diário 02*

*A transfobia no cenário da pandemia potencializou-se. Estava realizando meu ritual para dormir, mas antes visualizo nas últimas mensagens uma notificação de fotos e áudios de uma mulher trans negra quando ouço e vejo o conteúdo fico assustada; são áudios de choro e fotos de agressões em seu rosto e cabeça de forma tão violenta, que um dos dentes sacaram fora da boca. O agressor estava na casa da vítima consumindo bebida alcoólica com outros amigos. Uma discussão surge na frente da casa e nesse momento o agressor a golpeia com um capacete a deixando desacordada. As pessoas que estavam na casa não acionaram a polícia e mais uma vez o agressor sai impune. A orientei a registrar o boletim de ocorrência, mas houve uma resistência por parte da vítima seguindo o conselho de amigos que não ia dá em nada. A naturalização da transfobia é algo muito presente na sociedade. A sensação de impunidade impede que a vítima reivindique das autoridades que se cumpra suas atribuições e competências na forma da lei (RODRIGUES, 2020).*

### **Mapeando Violências: Travestis Negras entre Capacetadas e Impunidades**

*Todo dia morre mais de uma das minhas  
Espero que isso mude  
Espero que a raiva pare de andar ao meu lado  
Espero que o medo pare de me acompanhar  
(Andar em paz, Urias)*

Os diários evidenciam o modo pelo qual as corporalidades de travestis

**Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

negras não estão seguras no espaço público. De acordo com Bruna Benevides (ANTRA) e Sayonara Nogueira (IBTE), em 2020, 71% dos assassinatos de pessoas trans aconteceram em espaços públicos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), evidenciando o espaço público como local de excelência de violências vividas por travestis e transexuais. Em ambos os casos relatados nos diários, as violências ocorrem em espaços públicos, no primeiro a travesti negra é perseguida na via pública, sendo agredida em frente à casa de sua mãe, no segundo caso, a violência também ocorre em frente a residência da vítima na presença de uma plateia inerte.

O “Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans” da Rede Trans Brasil destaca que travestis e transexuais no Brasil vivem cotidianamente violações de direitos impostos pelo desrespeito as suas identidades de gênero, destaca ainda que os avanços são poucos, e pontua que: “Em relação ao respeito, dignidade e reconhecimento da comunidade trans no dia a dia repetidamente não se respeita a identidade de gênero em espaços públicos ou em espaços de circulação” (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 37).

No que tange ao espaço público, os diários nos permitem pensar que pouco importa se há ou não público, de certo modo, a plateia para violências transfóbicas e transfeminicídios naturalizou tais agressões contra corporalidades cujos enquadramentos possibilitam um completo esvaziamento de um sentido humano, de uma vida vivível, de uma vida pela qual nós podemos nos enlutar (BUTLER, 2015). Aliás, a exposição pública à audiência é algo costumaz, como não se lembrar, por exemplo, do caso Dandara Kettley, ocorrido em 2017 em Fortaleza/CE? A travesti e educadora brasileira Sara Wagner Gonçalves Júnior relata que, como se não bastasse realizar os bárbaros atos que culminaram com a morte da travesti, toda a cena foi gravada percorrendo rapidamente todo o Brasil.

No vídeo, Dandara está sentada no chão com a blusa ensanguentada, de frente para um carrinho de mão; um jovem de boné e cinco homens se revessam em quinze pancadas, são três pontapés, três arremetidas de tábua no corpo magro e frágil, um chute na cabeça e um no ombro; o áudio é acompanhado com palavras de açoite e pedidos dela. Já quase sem voz, solicita clemência dos seus algozes. Vemos, logo em seguida, cinco homens ou talvez sete, dois maiores e cinco menores que acusam, batem e por fim assassinam Dandara, sem nenhuma chance de defesa (GONÇALVES JÚNIOR, 2018, p. 2).

É um conjunto de tantas atrocidades que é impossível escolher contra qual se indignar. O vídeo mostra o modo pelo qual o machismo é capaz de agenciar homens na defesa de uma suposta natureza de gênero, travestis e transexuais incitam tanto ódio público por não se conformarem ao destino social determinado por seus órgãos sexuais. Diversas instituições sociais, como o Estado, a religião, a família, a medicina, demarcam o gênero binário a partir de uma compulsória relação entre pênis = masculinidade e vagina = feminilidade, qualquer divergência é patologização e é criminalizada, enquadrada como abjeção. A psicóloga travesti negra, Jaqueline Gomes de Jesus, destaca que

Historicamente, a população transgênero (composta por travestis e

**Jessyka da Silva Rodrigues, Leticia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

peças transexuais) é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o —natural é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o —adequado para esse ou aquele gênero (JESUS, 2014, p. 102).

Travestis, ao performarem identidades femininas, seriam traidoras da masculinidade, e renegar o falo é algo inconcebível às masculinidades coloniais, não é por acaso que no vídeo um dos algozes dispara verbalmente "A mundiça ainda tá de calcinha (sic)". A calcinha é reconhecida socialmente como uma vestimenta íntima feminina, então para alguém que tenha nascido com um pênis entre as pernas seria uma vestimenta inapropriada, todavia, travestis se reconhecem como identidades de gênero femininas, e, assim, é comum que utilizem roupas e outros acessórios que dialoguem de modo afirmativo com as suas feminilidades.

Os casos narrados nos diários, assim como o caso Dandara, revelam que constantemente os algozes das violências transfóbicas e de transfeminicídios são homens, o que nos permite analisar o machismo como um forte dispositivo de subalternização e extermínio das vidas de travestis e transexuais. A pesquisadora transfeminista brasileira, Sophia Rivera, reflete que:

O homem cis, sobretudo, a masculinidade cisgênera, se sustenta e representa um lugar, que é o do patriarcado, sendo o responsável pela construção -produção e reprodução (manutenção)- e atuação das engrenagens e estratégias do macho-patriarcalismo [...]. O falocentrismo diz respeito, principalmente, aos homens cis, homens esses, que em sua trajetória, se entendendo enquanto homens, confortáveis com esse lugar, usufruindo desse lugar, irão aprender e apreender um olhar comportamental, psicológico e simbólico com relação a sua genitália, dando origem ao falocentrismo. Sujeitos que, congruentes ao sistema, heterossexista e patriarcal (o cisheteroterrorismo no mundo criado para o macho), encaixados em uma masculinidade, poderão utilizar dessa posição para pôr em prática o que chamamos de ‘correções de gênero’ (aspas da autora, RIVERA, 2020, s/p).

Os modos pelos quais homens, em especial cisgêneros, praticam as “correções de gênero” são os mais diversos, desde o estupro corretivo contra lésbicas, até as violências bárbaras e públicas contra travestis e transexuais. Para a socióloga cisgênera e branca brasileira, Berenice Bento (2017), assim como nos cisfeminicídios, nos transfeminicídios, há muitas vezes a necessidade de ritualizar a morte com requintes de crueldades, bem como realizar o crime em espaços públicos, essas características buscam tornar o “castigo exemplar” para todas as outras corporalidades que ousem transgredir as normas de gênero.

Nos casos narrados nos diários, ambas as vítimas foram agredidas com capacetadas, também é comumente observável que os agressores usem os mais diversos objetos, desde capacetes, pedras, paus e tudo mais que estiver

disponível. Em um dos casos, tamanha é a força bruta utilizada que um dos dentes da vítima é arrancado friamente, as imagens das agressões chocam a pesquisadora em sua escrita cartográfica. É importante manter viva em nós a vertigem, o calafrio, a indignação com essas violências, essa ética que atribui valor a vidas tão precárias é rara em um país colonial como o Brasil, que naturalizou um projeto de extermínio da população negra e travestigênera.

Embora seja observável, principalmente nos casos em destaque na mídia, que homens cisgêneros sejam os principais agressores, não existem dados concretos para tal afirmação. Para Benevides e Nogueira (2021), geralmente os agressores têm seus perfis preservados, ao contrário das vítimas, cujos nomes são expostos sem qualquer respeito, inclusive o nome civil ou o nome anterior a retificação, todavia, as pesquisadoras apontam que, em face das notícias analisadas, estima-se que 46,5% dos possíveis agressores eram homens, contra 4,5% mulheres (cis e trans) e em 49% dos casos não havia informações sobre o suspeito.

Ainda em relação às violências em espaços públicos, requeremos ressaltar outro analisador importante, o fato de as violências acontecerem em 2020, ano em que vivenciamos a pandemia de COVID-19. De certo modo, é bastante paradoxal que mesmo durante uma pandemia que exige a pouca circulação em espaços públicos, a corpa de uma travesti negra não esteja, nunca, plenamente segura, quer numa rua movimentada, quer numa rua deserta, a violência e a morte são sombras constantes. Assim, também num espaço público, em plena pandemia, nos Estados Unidos, a jovem trans negra Iyanna Dior foi agredida em um protesto contra a execução de George Floyd, homem cis heterossexual negro. Em relato pessoal publicado em seu Instagram, a transfeminista brasileira Letícia Carolina Nascimento (2020) indaga

*Travestis e transsexuais negras são vidas negras que importam? O estado estadunidense de Minnesota está sendo palco de protestos antirracistas após a execução brutal de George Floyd. A jovem trans negra Iyanna Dior foi brutalmente agredida enquanto participava dos protestos Black Lives Matter. Entre os agressores, homens negros. Parece paradoxal que uma jovem trans negra seja agredida em um contexto de protestos que tem como slogan 'vidas negras importam'. Para nós, contudo, essa relação de resistência dentro do movimento negro ainda é persistente. Travestis e transsexuais precisam se impor constantemente dentro de espaços feministas, LGBTI+ e de militância negra. A precariedade de nossas existências nos subtrai qualquer possibilidade de representação política mesmo em territórios ditos progressistas. Insisto em afirmar, a revolução será feita com as travestis ou não será revolução. A pauta antifascista precisa ser antitransfóbica, ou continuará alimentando o cão do fascismo (publicado no Instagram @profaleticia\_ em 04/06/2020).*

Neste sentido, ampliamos ainda mais os marcadores de análise, para pensarmos o contexto no qual a negritude, a travestigeneridade e a pandemia se interceptam produzindo violências abissais que separam as corporalidades de travestis negras de qualquer reconhecimento humano. A metáfora imagética

Jessyka da Silva Rodrigues, Letícia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo

de George Floyd impedido de respirar é perturbadora para um contexto pandêmico em que as pessoas morrem de uma infecção respiratória aguda que literalmente compromete a respiração. A metáfora agenciada pela expressão “eu não consigo respirar”, não é um caso isolado, as negritudes e travestigeneridades estão historicamente sufocadas, sem a possibilidade de respirar, falar, viver.

Assim, a metáfora “eu não consigo respirar” dialoga intimamente com a metáfora proposta pela feminista cisgênera, negra e portuguesa, Grada Kilomba (2019), que analisa a máscara de Anastácia, mulher negra escravizada na Bahia, como um dispositivo de silenciamento e controle imposto às negritudes. A máscara é uma metáfora que despersonaliza pessoas negras, fazendo destas não alguém em si, mas um/uma outro/outra. Assim também, Letícia Carolina Nascimento (2021) analisa que travestis e transexuais são marcadas pelas outreridades por se distanciarem de maneira abissal daquilo que é demarcado como humano, não são apenas o outro de um outro, são uma imagem distante e distorcida.

E nas intersecções com a raça e a classe, a vulnerabilidade de travestis e transexuais é ampliada. De acordo com Benevides e Nogueira (2021), no ano de 2020, 78% das vítimas de transfobia letal eram negras e 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, ainda se estima que 90% da população transgênera viva compulsoriamente da prostituição. E na intersecção entre as negritudes, travestigeneridades e classe, que a rua, o espaço público, se torna um espaço perigoso, onde, como canta Urias, “andar em paz” é algo praticamente impossível.

Retomamos, ainda, a metáfora da máscara, como propõe Kilomba (2019), para pensarmos o silenciamento que se mistura com a certeza da impunidade, pois em ambos os casos se evidencia a incerteza em relação à segurança que o Estado pode proporcionar. No primeiro caso, a vítima até registra a ocorrência, todavia, decide mudar-se de endereço para se proteger, o que demonstra desconfiança em relação à punição; no segundo caso, não há qualquer segurança em relação a uma reparação ou proteção por parte do Estado, a vítima sequer registra a ocorrência, tamanha é a certeza da impunidade. As pesquisadoras travestis Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 4) destacam que:

São corriqueiras tais situações na vida das travestis que têm suas existências negadas enquanto cidadãs. E quando falamos daquelas que estão expostas nas ruas, em sua maioria negras, cujo destino ainda é a prostituição, cogitar a efetivação de uma denúncia seria uma escolha entre lidar com descaso no atendimento, na reivindicação do direito, ou ainda enfrentar o risco de se colocar novamente em situação de hiperexposição, quando ainda vemos agentes do estado sendo responsáveis por diversas violências e violações (2020, p. 4).

A denúncia, além de impune, recorrentemente produz mais violações às travestis negras. Nesse sentido, o Estado opera como instituição que, ao invés de proteger, enquadra travestis negras dentro de uma afronecrotransfobia, fazendo destas vidas precárias. A vulnerabilidade experimentada por travestis

**Jessyka da Silva Rodrigues, Letícia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

negras por meio das violências e a incerteza de impunidade é produzida por um Estado omissivo, que deliberadamente permite o extermínio de corporalidades improdutivas ao CISTema. A morte de travestis negras não acontece à revelia do Estado, é sobretudo, gerida por este (REGO, 2019; BUTLER, 2015; MBEMBE, 2016). Assim, a máscara que nos silencia é a certeza da impunidade, como canta Urias: “Minha voz está cansada de gritar”, além do cansaço de gritar, a constante ausência de escuta fragiliza a capenga cidadania de travestis negras.

Dentro deste quadro, o fortalecimento de alianças é imprescritível para o combate à afronecrotransfobia, para procurar outras maneiras de estar sendo no mundo, criar vidas passíveis de luto e com maior expectativa de vida. As corporalidades travestigêneres aprendem coletivamente como produzir coragem para agir mesmo quando as vitórias são negadas desde o nascimento. “A liberdade é uma luta constante”, título de uma obra da abolicionista e feminista negra Angela Davis (2018), resume o status de contingência do conceito “liberdade”. A criação de espaços epistemológicos experienciáveis é uma luta perene. Por isso, esquivar-se dos modelos postos e provocar inovações territoriais deve ser sempre um processo radicalmente descolonizado, levando em consideração as intersecções da raça, classe e gênero.

### **Mapeando Utopias: Considerações para Nunca Concluir o Sonhar**

*Andar em paz, eu mereço  
Mereço que parem de me matar  
(Andar em paz, Urias)*

Como uma cartografia, esse texto é parte das muitas andanças e nessas andanças o encontro com violências transfóbicas que desterritorializam a potência de vida. Em face das análises apresentadas, percebe-se que o machismo é um forte dispositivo de opressão contra corporalidades de travestis negras, vulnerabilizadas pela justaposição interseccional da transfobia com o racismo. O espaço público aparece como um lugar de perigo para as travestigeneridades negras, em que não há certeza de uma andança segura, em paz, todavia, em caso de alguma violência, a certeza da impunidade é irrefutável.

Ressalta-se o papel que o grupo de apoio não institucional, Acolhe Trans, possui como referência em termos de acolhimento e orientação no que tange à busca por direitos. De outro lado, as instituições públicas de defesa desses direitos aparecem dentro de um quadro de incredulidade nos discursos e práticas das vítimas. A impunidade e a descrença que o Estado possui, enquanto ente protetor de direitos, fortalece a reflexão sintetizada no conceito de afronecrotransfobia, a partir do qual compreende-se que as corporalidades travestigêneres negras constituem-se em alvo de projeto de extermínio orquestrado pelo Estado.

Apesar das violências, acreditamos, como canta Urias, que as travestis negras merecem andar em paz, e, por isso, que nessas andanças é preciso também que saibamos sonhar. Como uma das vítimas mudou-se pelo medo de

**Jessyka da Silva Rodrigues, Letícia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

morrer, parece que andar, circular, movimentar-se é uma constante realidade para travestis negras. No *Bajubá*, dicionário travestigênera, quando se está diante de uma situação a qual não se pretende desistir, se diz: “Eu não vou deitar!”. Para alcançarmos nossos sonhos, ainda há muito que se fazer, precisamos deslocar muitos espaços até encontrarmos os caminhos da libertação de nossa existência. Os radicais gregos “necro” e “fobia” significam morte e medo, respectivamente, então que possamos sonhar com uma afrobiotransfilia, um conceito para a celebração da vida e amor às pessoas negras travestigêneras. Nosso lema e manifesto: vamos viver e seremos amadas!

### Bibliografia

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, v.4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

GONÇALVES JR., Sara Wagner Pimenta. Dandara: mulher travesti, um ano ausente! *In: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero*, ed 20, 2018, Salvador. p.1-6. Disponível em: <<https://www.sinteseeventos.com/site/redor/G18/GT18-05-Sara.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, p. 101-123, 2014.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 235-236.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

MENESES, Rafael Martins de; LIMA, Éfren Paulo Porfírio de Sá. Transtornos jurídicos: (des)construções dos direitos das pessoas trans. *In: BRITO, Dante Ponte de; LIMA, Éfren Paulo Porfírio de Sá (org.). Novos paradigmas na ordem privada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MENESES, R. M. de; BARRETO, T. A.; NASCIMENTO, L. C. P. O poder punitivo e as tecnologias de gênero: leituras pós-estruturais. **Cadernos Cajuína**, v 6, n. 1, p. 198-212, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21581, 1 set. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, S. N. B.; AQUINO, T. A.; CABRAL, E. A. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2020.

REGO, Yordanna L. P. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. **Humanidades & Inovação**, v. 6, p. 167-181, 2019.

RIVERA, Sophia. Mulheres trans e travestis não carregam o falo e nunca protagonizaram o falocentrismo. Esse não é um fardo nosso! **Medium**, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/@sophiariveracs/mulheres-trans-e-travestis-n%C3%A3o-carregam-o-falo-e-nunca-protagonizaram-o-falocentrismo-49e83d697fd1>>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Rev. Estud. Fem.**, v. 28, n. 3, e75614, 2020.

#### **Contribuição de Autoria / Contribución de autoría**

Jessyka da Silva Rodrigues: Conceituação, Curadoria de dados, análise formal, metodologia, supervisão, investigação, escrita-primeira redação, validação, escrita - revisão e edição.

Letícia Pereira do Nascimento: Conceituação, Curadoria de dados, análise formal, metodologia, supervisão, escrita- revisão e edição, validação.

Rafael Martins de Meneses: Conceituação, primeira redação.

Valdenia Pinto de Sampaio Araújo: conceituação, escrita- revisão e edição.

**Recebido em 29 de julho de 2021.**

**Aceito em 29 de setembro de 2021.**

**Jessyka da Silva Rodrigues, Letícia Carolina Pereira do Nascimento,  
Rafael Martins de Meneses, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo**

